

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2016/2017



TIG

**A POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PCSD) E A
NOVA ESTRATÉGIA GLOBAL PARA A POLÍTICA EXTERNA E DE
SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

COR PILAV, António Carlos de Amorim Temporão

COR ART, Luís Miguel Green Dias Henriques

CMG MN, Luís Manuel Ribeiro



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PCSD) E
A NOVA ESTRATÉGIA GLOBAL PARA A POLÍTICA EXTERNA
E DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA**

COR PILAV, António Carlos de Amorim Temporão

COR ART, Luís Miguel Green Dias Henriques

CMG MN, Luís Manuel Ribeiro

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PCSD) E
A NOVA ESTRATÉGIA GLOBAL PARA A POLÍTICA EXTERNA
E DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA**

COR PILAV, António Carlos de Amorim Temporão

COR ART, Luís Miguel Green Dias Henriques

CMG MN, Luís Manuel Ribeiro

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado “**A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e a nova estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia**” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do **CPOG 2016/17** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Pedrouços, **7 de março de 2017**

Assinaturas

António Carlos de Amorim Temporão

Luís Miguel Green Dias Henriques

Luís Manuel Ribeiro



Agradecimentos

Agradecemos a todos os que conosco privam neste ambiente académico e em particular ao Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia pelo apoio, sugestões, colaboração e permanente disponibilidade no âmbito deste trabalho.



Índice

Introdução	1
1. Revisão da literatura e síntese da metodologia	4
1.1. Revisão da Estratégia Europeia de Segurança	4
1.2. Estratégia Global da União Europeia e a Política Comum de Segurança e Defesa ..	5
1.2.1. Segurança da União	6
1.2.2. Resiliência estatal e da sociedade a leste e a sul da UE	7
1.2.3. Abordagem integrada em matéria de conflitos	7
1.2.4. Ordens regionais de cooperação	7
1.2.5. Governança mundial para o século XXI	8
1.3. Aspectos gerais da Política Comum de Segurança e Defesa	8
1.4. Síntese da metodologia	9
1.5. Síntese conclusiva	9
2. Ameaças Híbridas	10
2.1. Disposições gerais	10
2.2. Evolução dos Conflitos	10
2.2.1. Guerra Híbrida	12
2.3. Ameaça Híbrida	13
2.3.1. Organização das Nações Unidas	14
2.3.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte	14
2.3.3. União Europeia	14
2.4. Síntese conclusiva	16
3. A eficácia da Política Comum de Segurança e Defesa contra as Ameaças Híbridas	18
3.1. Intervenção da Rússia na Ucrânia	19
3.1.1. Estratégia da segurança Nacional da Rússia	19
3.1.2. Guerra híbrida, incursão da Rússia na Ucrânia	20
3.2. Prioridades Estratégicas da Política Comum de Segurança e Defesa	21
3.2.1. Responder prontamente aos conflitos e crises externas	21
3.2.2. Desenvolver as capacidades dos parceiros	21



3.2.3. Proteger a União e os seus cidadãos.....	22
3.3. Ações de resiliência contra ameaças híbridas.....	22
3.4. Síntese conclusiva.....	23
Conclusões	24
Bibliografia	27

Índice de Apêndices

Apêndice A — Estrutura Geral da Investigação	Apd A - 1
Apêndice B — Estratégia da União Europeia 2003 a 2016.....	Apd B - 1

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo Conceptual da Guerra Híbrida.....	13
Figura 2 - Ameaças Híbridas	16
Figura 3 – Modelo de análise do estudo de caso	18

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Objetivos Geral e Específicos	2
Tabela 2 - Questões Central e Derivadas.....	3
Tabela 4 - Identificação das Ameaças por Organização.....	15
Tabela 5 - Ameaças e Riscos Transacionais para a Federação Russa.....	19



Resumo

O presente trabalho de investigação insere-se no contexto da área de estudo de Estratégia e tem como objetivo geral determinar o modelo como a Política Comum de Segurança e Defesa pode contribuir para a contenção das ameaças híbridas que hoje circulam nas regiões limítrofes da União Europeia.

Seguindo um método de raciocínio dedutivo, a investigação apoiou-se numa estratégia iminente qualitativa, orientando o estudo em torno da caracterização e identificação das ameaças híbridas e a forma como a nova Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia as retrata. Para tal, desenvolveu-se o tema com base na consulta de diversa documentação legal, fontes bibliográficas de reconhecida credibilidade e em entrevistas efetuadas. O desenho de pesquisa do tipo estudo de caso consolidou a investigação que teve por base o conflito híbrido que opõe a Ucrânia à Rússia.

Genericamente, concluímos que as prioridades estratégicas da Política Comum de Segurança e Defesa não respondem de uma forma totalmente eficaz às ameaças híbridas dos nossos dias, sendo necessário que os Estados membros implementem algumas medidas adicionais que contribuirão para o reforço da resiliência dos Estados europeus.

Palavras-chave

Política Comum de Segurança e Defesa, Ameaça Híbrida, Segurança Europeia



Abstract

This working paper research is a collective effort within the Strategy Field Studies whose main objective is to determine how the Common Security and Defense Policy can concur to restraint the hybrid threats that surrounds the peripheral regions of the European Union.

Following the method of deductive reasoning, the investigation supported itself on a qualitative strategy, which is focused on characterizing the hybrid threats and how the new European Union Global Strategy on Foreign and Security Policy portrays it.

To this end, the subject was developed on the base of consulting several legal documents and readings of undisputable credibility and some interviews. A study case is the overall drawing of the research which gave credibility to the investigation based on the Ukrainian and Russian hybrid conflict.

In a general context, we came to the conclusion that nowadays the strategic priorities of the Common Security and Defense Policy do not respond effectively to the hybrid threats the European Union is facing. That means that European Member States have to implement additional measures in order to increase and reinforce their own resilience.

Keywords

Common Security and Defense Policy, hybrid threats, European Security



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADM	–	Armas de Destruição Massiva
AED	–	Agência Europeia de Defesa
AH	–	Ameaças Híbridas
AR	–	Alta Representante
BREXIT	–	<i>Britain Exit</i>
CEMGFA	–	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CUE	–	Conselho da União Europeia
EES	–	Estratégia Europeia de Segurança
EGPES	–	Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança
EM	–	Estados Membros
EUA	–	Estados Unidos da América
FA	–	Forças Armadas
GAO	–	<i>Government Accountability Office</i>
ISIS	–	<i>Islamic State of Iraq and Syria</i>
IUM	–	Instituto Universitário Militar
NEP	–	Norma de Execução Permanente
OCS	–	Órgãos de Comunicação Social
OE	–	Objetivo Específico
OG	–	Objetivo Geral
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD	–	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	–	Política Externa de Segurança Comum
PESD	–	Política Externa de Segurança e Defesa
PIEGUE	–	Plano de Implementação da Estratégia Global da União Europeia
QC	–	Questão Central
QD	–	Questão Derivada
UE	–	União Europeia
SD	–	Segurança e Defesa
SEAE	–	Serviço Europeu para a Ação Externa
TUE	–	Tratado da União Europeia



Introdução

“As novas ameaças são dinâmicas. Em matéria de prevenção, nunca é demasiado cedo para começar.”
(UE, 2003)

Enunciado e justificação do tema

Vivemos num mundo em que se perfilam novos perigos, mas também novas oportunidades e a Europa continua confrontada com ameaças e desafios em matéria de Segurança e Defesa (SD).

O ambiente complexo que caracteriza a União Europeia (UE) está em constante mutação como consequência dos desequilíbrios provocados pelo fim da guerra fria e da União Soviética; pelo alargamento a Leste e redefinição do papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); pelos efeitos do terrorismo; pela perturbação gerada pela imigração; pelos efeitos do *Britain Exit*¹ (Brexit); pela deterioração do meio ambiente; pela turbulência gerada pela globalização; pelo interesse crescente dos Estados Unidos da América (EUA) no continente asiático em detrimento da Europa e, finalmente, pelo elevado número de países, interesses e calendários eleitorais existentes no seio da União, que têm tornado o processo de integração europeia longo e difícil. É neste ambiente de diversos interesses e vontades próprias que sentimos a necessidade de identificar e analisar as Ameaças Híbridas (AH).

Esta crescente volatilidade, despertou nas autoridades europeias a necessidade de adotar medidas em matéria de SD. A Estratégia Global da Política Externa e de Segurança (EGPES) foi divulgada e presente ao Conselho Europeu pela Alta Representante (AR) Frederica Mogherini, à qual se seguiu a divulgação do respetivo Plano de Implementação da Estratégia Global da União Europeia (PIEGUE), no dia 14 de novembro de 2016 (UE, 2016a).

Inserido neste contexto foram definidos os principais objetivos que a UE e os seus Estados-Membros (EM) desejam alcançar no domínio da SD, nomeadamente através da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) em apoio das prioridades estratégicas identificadas na EGPES. Ao fazê-lo, a UE prosseguirá uma abordagem integrada, ligando diferentes instrumentos de forma coordenada, tomando como base uma perspetiva global.

Desenvolver as capacidades dos parceiros é o objetivo das missões ou operações da PCSD com ações de formação, aconselhamento e/ou orientação no âmbito do setor de SD.

¹ *Brexit* - Este termo refere-se ao plano que prevê a saída do Reino Unido da UE.



Neste contexto a PCSD é utilizada para disponibilizar conhecimentos e assistência com vista a reforçar a resiliência dos parceiros e lutar contra as AH (UE, 2016b).

Objeto do estudo e sua delimitação

O objeto desta investigação é analisar a forma como a PCSD pode contribuir para a contenção das AH a que a UE está exposta, tendo como referência o seu atual contexto estratégico, bem como as capacidades civis e militares à sua disposição. Para tal, começamos por caracterizar a EGPES e a subjacente PCSD, identificámos as AH que afetam a UE e efetuámos um estudo de caso que opôs a Federação Russa à República da Ucrânia, identificando linhas de ação onde se “(...) procura recolher informação sobre um fenómeno particular inserido neste contexto (...)” (Santos, et al., 2016, p. 39). Por último, retirámos conclusões para correlacionar com as AH que a PCSD terá que fazer face no seio da UE.

Tendo em atenção a abrangência do objeto do estudo e não colocando em causa a relevância e perigosidade de outras ameaças para a UE, delimitamos o estudo ao conteúdo das AH.

Objetivos da investigação

Identificado o objeto de estudo e de forma a concretizar as tarefas associadas ao trabalho de investigação define-se o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE), descritos na Tabela 1.

Tabela 1 - Objetivos Geral e Específicos

Objetivo Geral	
Determinar a forma como a Política Comum de Segurança e Defesa contribui para a contenção de Ameaças Híbridas.	
Objetivos Específicos	
1	Caraterizar a Política Comum de Segurança e Defesa no que concerne à segurança da União Europeia.
2	Identificar as principais Ameaças Híbridas na União Europeia.

Fonte: (Autores, 2017)

O problema da investigação

Fazendo face ao objeto do estudo, o seu elemento central (Santos, et al., 2016) e enunciados os Objetivos, é definida uma Questão Central (QC) orientadora da investigação,



decomposta em Questões Derivadas (QD) por forma a obter elementos necessários à sua resposta, enunciadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Questões Central e Derivadas

Questão Central	
A Política Comum de Segurança e Defesa contribui para a contenção das principais Ameaças Híbridas?	
Questões Derivadas	
1	A Política Comum de Segurança e Defesa adequa-se à segurança da União Europeia?
2	Que principais Ameaças Híbridas se identificam na atual estratégia global?

Fonte: (Autores, 2017)

Breve síntese da metodologia da investigação

Este Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) baseia-se num raciocínio dedutivo², recorrendo a uma estratégia de investigação iminentemente qualitativa, seguindo um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso. A técnica de recolha irá incidir em documentação oficial, fontes bibliográficas e entrevistas. O percurso metodológico é esquematizado no Apêndice A – Estrutura Geral da Investigação.

Organização do estudo

Este trabalho de investigação é organizado em três capítulos, sendo estes enquadrados por esta introdução e conclusões. No primeiro, é efetuada a revisão da literatura, definem-se os conceitos fundamentais e apresenta-se a metodologia seguida. No segundo, procede-se à identificação das AH a que a UE está sujeita. No terceiro, estabelece-se uma correlação, através do estudo de caso Rússia/Ucrânia, entre AH e a tipologia de missões de cariz civil ou militar da PCSD. Por último, apresentam-se conclusões, nas quais se sintetizam os resultados obtidos com a investigação e se explicitam algumas sugestões para pesquisas futuras.

² Parte de um conceito base/geral a AH, para o confrontar com uma determinada realidade, a UE e a Rússia/Ucrânia (particular), não existindo criação de novo conhecimento ou formulação de uma nova teoria.



1. Revisão da literatura e síntese da metodologia

Este capítulo pretende apresentar a evolução da Estratégia Europeia de SD, identificando e comparando as sucessivas atualizações neste domínio, bem como as ameaças com que a UE terá de lidar.

O primeiro documento doutrinário que defendia os interesses da UE em matéria de segurança, foi aprovado pelo Conselho Europeu em 2003. Este ficou registado na história como “A Estratégia Europeia de Segurança” (EES), onde a visão estratégica apontava para “*A Secure Europe in a Better World*”. O nível de ambição proposto tendo em atenção o quadro estratégico da altura, conseguiu alcançar um conjunto de princípios globais, incluindo uma avaliação do ambiente de segurança, baseado nos valores fundamentais da UE: respeito pela dignidade humana, pela liberdade, pela democracia e igualdade de direitos. Foi um documento redigido, decorria a Guerra do Iraque em 2003, num contexto de grande divisão política entre os EM. Um grupo de Estados apoiava a coligação liderada pelos EUA enquanto outros opunham-se à intervenção militar. Esta desunião política face à intervenção americana no Iraque, serviu de estímulo para a UE redigir um documento e sarar algumas feridas, onde os quinze³ EM da altura, em consenso, conseguiram partilhar uma visão comum sobre qual seria o papel da Europa na segurança internacional (PE, 2015).

Paralelamente, o segundo pilar institucional da UE, a Política Externa de Segurança Comum (PESC), através do seu instrumento operacional, à data conhecida por Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)⁴, dava os primeiros passos expedicionários, lançando em 2003 as primeiras operações autónomas na Antiga República da Jugoslávia da Macedónia e República Democrática do Congo. Considerado um documento generalista e muito criticado pelos especialistas em matéria de SD, apontou três objetivos estratégicos: avaliar as ameaças (terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça (ADM), conflitos regionais, Estados falhados e crime organizado), reforçar a segurança com países vizinhos e promover um multilateralismo eficaz (Rocha, 2011).

1.1. Revisão da Estratégia Europeia de Segurança

Em 2008, se a intenção seria efetuar um balanço das ações desenvolvidas desde 2003, o momento constituiu-se como uma oportunidade para adaptar a EES à nova realidade conjuntural e proceder à atualização das ameaças à segurança internacional. Assim, com

³ Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Suécia.

⁴ Com a assinatura do Tratado de Lisboa, em 2010, a PESD evoluiu a designação para PCSD.



base em estudos efetuados, o leque das ameaças passíveis de comprometer a segurança dos Estados da UE, estenderam-se à cibersegurança, à pirataria, às parcerias com os Estados emergentes, às pressões demográficas provocadas pelas alterações climáticas, à segurança energética e à crise financeira internacional. Ainda hoje, estas ameaças persistem no topo das preocupações dos europeus (Vinhas, 2013).

Desde 2003, a UE tem vindo a dar continuidade à sua obrigação de “produtora de segurança”⁵, tendo lançado cerca de quarenta operações que se estenderam dos Balcãs à África Subsaariana. Em termos de conceito de operações, em missões civis ou militares, atuando isoladamente ou em conjunto, a PCSD interveio em setores tão diversos como a reforma do setor de segurança no Iraque, na formação das FA da Somália ou no combate à pirataria e escolta de navios no Índico.

Em resumo e, conforme se pode analisar no Apêndice B – Estratégia da UE 2003 a 2016, a revisão da EES não foi mais do que um ato de atualização do respetivo documento, ajustando-o às novas realidades percecionadas no momento, listando um conjunto de princípios, sem, contudo, estabelecer uma priorização clara de medidas a implementar (PE, 2015).

1.2. Estratégia Global da União Europeia e a Política Comum de Segurança e Defesa

Decorridos treze anos sobre a publicação da EES em 2003, Frederica Mogherini, AR da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, sob a influência do “Brexit”, conjugado com a incerteza das eleições nos EUA, apresentou em junho de 2016, a EGPES da UE. Esta nova estratégia, mais audaciosa e objetiva, estabelecendo um conjunto de princípios, de orientações políticas e prioridades estratégicas, visam dotar a UE de uma nova autonomia estratégica em questões de SD. Não se tendo limitado a caracterizar um novo quadro de ameaças e desafios, apresentou um conjunto de iniciativas inovadoras (reforçar compromissos com países fronteiriços à UE, repensar o relacionamento com o continente africano, aprofundar a parceria UE/EUA) que poderão projetar a PCSD da UE para uma nova dimensão internacional (Correia, 2016).

No prefácio, a AR afirma que a vida dos cidadãos europeus está a ser afetada por diversas crises, dentro e fora das fronteiras, criando sensação de instabilidade e de

⁵ Produtor de segurança é todo o ator global capaz de exportar normas e valores como os Direitos Humanos, defender um Estado de Direito e a boa governação (Xavier, 2010).



insegurança. É uma estratégia diversificada que abrange a luta contra o terrorismo, o rejuvenescimento das capacidades militares, a oportunidade de emprego e a integração das sociedades. Esta preocupação reflete o título da Estratégia: “Visão Partilhada, Ação Conjunta: Uma Europa mais forte.” (UE, 2016c). Nesta estratégia são identificadas cinco prioridades, sintetizadas nos subcapítulos seguintes.

1.2.1. Segurança da União

A estratégia de Segurança da União tem por base cinco desafios que visam oferecer uma maior segurança coletiva à Europa, a saber:

➤ Segurança e Defesa - A União deve caminhar no sentido de desenvolver uma autonomia estratégica que permita promover a paz dentro e fora das fronteiras europeias. Esta ambição será fomentada através do estímulo ao desenvolvimento de novas capacidades e apoiando a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias em matéria de SD. A exploração do potencial da Agência Europeia de Defesa (AED) será condição essencial para que se definam programas de cooperação destinados a corrigir insuficiências tecnológicas, promovendo o desenvolvimento coletivo das capacidades dos EM que desta forma contribuirão para a autonomia estratégica da Europa (Correia, 2016).

➤ Luta contra o Terrorismo - Reduzir a probabilidade de atentados, como os que foram perpetrados em solo Europeu, passa por dispor de um leque de soluções, tais como o incentivo à partilha de informações, implementação de serviços de alerta contra o extremismo radical e redes terroristas, bem como a supressão de propaganda violenta em redes sociais (Conselho da União Europeia, 2016).

➤ Cibersegurança - Promover uma cultura de cibersegurança, contra a ameaça da cibercriminalidade, desenvolvendo sistemas de tecnologia da informação e da comunicação inovadores que possam garantir a integridade e a resistência das infraestruturas e das redes informáticas (Conselho da União Europeia, 2016).

➤ Segurança Energética - A dependência de países terceiros para o fornecimento de energia à UE tem crescido nos últimos anos, sendo uma grande percentagem importada da Rússia. Sendo a Ucrânia um país de trânsito no fornecimento de gás e petróleo à Europa e, em virtude do recente conflito com a Rússia que levou à ocupação da Crimeia, a EGPE incentivava à diversificação das fontes, à criação de novas infraestruturas bidirecionais de distribuição e à procura de novos distribuidores, como forma de atenuar perturbações no abastecimento de petróleo e gás ao mercado europeu. Uma outra orientação passível de reduzir os riscos de dependência energética, consistirá em estabelecer parcerias credíveis de



médio e longo prazo com países fiáveis em matéria de produção e de trânsito de energia para a UE (EUR-Lex, 2014).

➤ Comunicação Estratégica - A EGPEs defende o reforço da comunicação estratégica como modelo de diplomacia pública por forma a manter os cidadãos e os parceiros europeus informados da política de segurança da UE. Salienta que os EM devem combater a propaganda hostil que leva à desinformação, semeia a dúvida e cria uma cisão estratégica no seio da UE prejudicial à segurança. Uma comunicação hostil, deliberadamente veiculada por um ator não-estatal, poderá gerar sentimentos de medo e incerteza entre os europeus, devendo ser prontamente contraposta por mensagens rápidas e fatuais (PE, 2016).

1.2.2. Resiliência estatal e da sociedade a leste e a sul da UE

A Resiliência significa a capacidade de resistir a uma transformação perante uma adversidade, saindo o ator reforçado do desafio (Conselho da União Europeia, 2016, p. 18). A EGPEs defende o reforço da resiliência dos Estados, das sociedades nas regiões vizinhas a leste e sul e às que se estendem da Ásia até África Central. Os Estados frágeis constituem uma ameaça aos interesses vitais da UE por não permitirem o desenvolvimento de sociedades prósperas e seguras. Além disso, a UE adotará uma abordagem integrada de apoio aos Estados frágeis através da PCSD, promovendo a reforma do setor de SD, que permitirá reforçar capacidades no âmbito do Estado de direito (UE, 2016b).

1.2.3. Abordagem integrada em matéria de conflitos

A EGPEs estabelece o seu compromisso em contribuir para a estabilização dos conflitos, atuando num modelo faseado através do investimento na prevenção, na gestão das causas profundas, multiplicadoras da instabilidade provocada pelas ameaças, na resolução e na estabilização, evitando abandonar prematuramente o Estado necessitado de apoio (Conselho da União Europeia, 2016).

1.2.4. Ordens regionais de cooperação

Atualmente, o mundo apresenta-se gerido por complexas redes de poder que submetem as regiões a diversos níveis de pressão e que, se não forem devidamente administradas, poderão transformar-se em espaços críticos de governação. Neste sentido, a UE como ator global saberá identificar objetivos específicos de atuação consoante a região do Mundo [Ártico, Norte de África, Sahel, entre outras], recorrendo à diplomacia, à PCSD e a fundos para o desenvolvimento (CE, 2017). Agirá sempre em sintonia com as organizações regionais [OTAN, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, entre outras] ou com atores locais [Rússia, Líbia, entre outros], promovendo o progresso na área da



segurança marítima e proteção da vida nos oceanos, das alterações climáticas, energéticas, no combate à criminalidade transnacional e ao terrorismo (CUE, 2016).

1.2.5. Governação mundial para o século XXI

O futuro da governação mundial, conforme previsto pela EGPE, deverá basear-se em regras universalmente aceites e em concordância com os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, onde a paz é elemento essencial a preservar, tal como os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. A Organização das Nações Unidas (ONU) é a organização de referência da UE.

EGPE afirma que a UE é um dos maiores contribuintes para as missões humanitárias lideradas pela ONU, não deixará de continuar a participar com a sua PCSD no reforço das operações de manutenção de paz, sejam elas com cariz de assistência, transição ou estabilização. A UE promoverá o reforço de medidas restritivas de exportação de equipamentos e tecnologias militares, bem como apoiará regras restritivas na venda de armas (UE, 2016b).

1.3. Aspetos gerais da Política Comum de Segurança e Defesa

No âmbito do Tratado da União Europeia (TUE), a PCSD, como elemento operacional da PESC, sustentada em meios civis e militares, disponibilizados pelos EM para a execução de missões no exterior da União, viu reforçado o seu papel em termos institucionais (UE, 2007). Como se apurou nos parágrafos anteriores, enquanto a EGPE estabelece um conjunto de linhas de ação que devem estar subjacentes à PCSD, o TUE clarificou e alargou consideravelmente o conceito associado às missões *Petersberg*⁶. Conforme o artigo 43º do TUE, a União poderá fazer uso dos instrumentos ao seu dispor, planeando missões com carácter de “(...) desarmamento, de evacuação e humanitárias, projetos de aconselhamento e de assistência, missões de prevenção de conflitos e de manutenção de paz, envio de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização na fase final do conflito.” (UE, 2007, p. C 202/39). O mesmo artigo valida a possibilidade de abertura destas missões para o combate ao terrorismo, passíveis de serem extensíveis no apoio a países terceiros, incluindo no seu próprio território.

⁶ Missões *Petersberg* – previsto no Tratado de Amesterdão, são missões vocacionadas para a gestão de crises ou manutenção e restabelecimento da paz. Poderiam tomar a seguinte dimensão: missões humanitárias e de evacuação de não-combatentes, de manutenção de paz ou de restabelecimento da paz (EUR-Lex, 1997).



1.4. Síntese da metodologia

No presente TIG seguimos a orientação metodológica em vigor no Instituto Universitário Militar (IUM) (Santos, et al., 2016) de acordo com as Normas de Execução Permanente (NEP) em vigor no IUM, ACA010 (IESM, 2015a) e ACA018 (IESM, 2015b), recorrendo-nos para a referenciação bibliográfica do sistema autor-data, adotando o estilo *Harvard-Anglia*, sendo a ferramenta informática o Office 2016.

A investigação baseia-se num raciocínio dedutivo, recorrendo a uma estratégia de investigação iminentemente qualitativa, seguindo um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso “(...) segundo o qual se procura compreender o objeto de estudo do ponto de vista do investigador (...)” (Santos, et al., 2016, p. 39), com enfoque na PCSD da UE.

A técnica de recolha incidirá em documentação oficial, fontes bibliográficas e entrevistas. Caracterizámos a PCSD da UE e de seguida iremos identificar as principais AH. A finalizar através de um estudo de caso, “invasão da Rússia no leste da Ucrânia”, vamos verificar se a PCSD da UE contribui para a contenção das AH.

1.5. Síntese conclusiva

Pudemos observar ao longo deste capítulo que as diferentes estratégias europeias de segurança tinham como finalidade proporcionar aos EM os instrumentos institucionais de modo a poderem enfrentar os desafios que ameaçavam a UE. O desenvolvimento da política de defesa, refletida nas mesmas estratégias, teve sempre como objetivo dotar a UE com uma visão global e integradora, na perspetiva de garantir a segurança e a estabilidade necessárias aos cidadãos europeus.

Neste capítulo, foram analisados os principais aspetos que caracterizam a EGPE e os instrumentos operacionais ao dispor dos EM que através da PCSD lhes permitem fazer face às ameaças que afrontam a UE. Desta forma obteve-se a resposta à QD1, pelo que estamos em condições de avançar para a identificação das AH.



2. Ameaças Híbridas

2.1. Disposições gerais

Neste capítulo, iremos de forma resumida descrever a evolução dos conflitos com enfoque na guerra híbrida a partir da qual efetuaremos a identificação das AH.

Numa era de constante mudança, o ambiente internacional tem sofrido profundas alterações, tais como a queda do muro de Berlim/mundo unipolar, o terrorismo transnacional/mundo multipolar e difuso (bem patenteado nos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, em Madrid, em França, na Bélgica, entre outros), a crise económica mundial, com especial enfoque na UE, as alterações climáticas, a luta pelos recursos naturais, sendo estes alguns dos fatores que nos fazem definir uma estratégia comum de SD por forma a combater as ameaças que afetam os Estados e suas populações.

A Europa contemporânea viveu, num ambiente de estabilidade e paz, dando como facto adquirido a sua segurança. Esta aparente quietude levou a uma significativa falta de investimento na área militar e a uma cultura de passividade da sociedade civil em geral, facto já identificado pela nova administração EUA (Correia, 2016).

A globalização abriu novas oportunidades, o que levou a um crescente bem-estar da população graças aos elevados níveis de crescimento registados nos países em desenvolvimento. Mas trouxe também ameaças mais complexas. Os sistemas de informação e o abastecimento de energia tornaram-se mais vulneráveis, assim como a degradação ambiental que está a mudar a face do planeta.

Nesta globalização houve uma crescente abertura de fronteiras alargando a possibilidade de intervenção de grupos não-estatais nos assuntos internacionais com ligação estreita a aspetos internos e externos de segurança. Os assuntos relacionados com a segurança transnacional incluem ameaças não-militares que transpõem fronteiras e que simultaneamente ameaçam a integridade social e política dos Estados ou mesmo o bem-estar e a qualidade de vida dos seus habitantes (Garcia, 2006).

2.2. Evolução dos Conflitos

As constantes mutações na natureza da guerra forçam a que as Forças Armadas (FA) se adaptem constantemente a novos paradigmas. Uma corrente de estudiosos, como William Lind e James T. Hammes, ordenaram a evolução dos conflitos armados em quatro gerações.



A Guerra de Primeira Geração teve início com o Tratado de Vestefália⁷ em 1648 e perdurou até 1860 aquando das campanhas napoleónicas. Teve como principal característica o emprego do “Princípio da Massa” concentrando o potencial de combate no momento e local decisivo sendo também utilizada uma configuração ordenada e estruturada das forças no campo de batalha. Outras características desta guerra são a afirmação do Estado soberano, o início do soldado profissional diferenciando do civil através da uniformização e treino militar, sendo exemplos a guerra dos Sete Anos e os Exércitos Absolutistas (Lind, 1989, pp. 22 - 26).

A evolução de novos armamentos, de que resultou o aparecimento da metralhadora, tornou a tática de linha ultrapassada e nesta evolução surge a Guerra de Segunda Geração, que vai de 1860 até à primeira Guerra Mundial. Esta tipologia de guerra era baseada no poder de fogo, resultando numa supremacia do fogo sobre a manobra. Houve uma substituição do Exército Revolucionário pelo Nacional, com a inovação do Serviço Militar Obrigatório, de que são exemplos as Revoluções Francesa e a Americana.

A revolução industrial trouxe uma nova evolução do armamento e equipamento, surgiram os blindados, a aviação e o submarino, o que levou à denominada Guerra de Terceira Geração conhecida como “guerra da manobra”, com a utilização de blindados, artilharia, submarinos, aviação e pelo emprego, por parte dos germânicos (conhecido por *Blitzkrieg*), de novas táticas caracterizadas por ataques de surpresa, extremamente rápidos, utilizando apoio aéreo. São exemplos a segunda Guerra Mundial, as guerras da Coreia, Vietname e dos Seis Dias (Lind, 1989, pp. 22 - 26).

As Guerras de Quarta Geração são resultado de uma evolução, tendo como finalidade tirar vantagem das mudanças, ocorridas desde da segunda Guerra Mundial, nas áreas política, social económica e tecnológica. Abrangem elementos de guerras anteriores, exigindo, um maior esforço dos sistemas de informação, de uma maior capacidade de disseminação para servir a um sistema de comando altamente flexível (ex: ciclo de *Boyd*⁸). Trata-se de uma guerra com geometria variável e ordenamento difuso, deixando apenas de opor forças militares especializadas passando a conflitos assimétricos e combatentes irregulares. Destaca-se o papel das novas tecnologias (inteligência artificial, a robotização,

⁷ Acordo assinado em 1648, com o culminar da Guerra dos Trinta Anos. Marcou o início das Relações Internacionais, foram introduzidos princípios como o de Soberania Nacional e Estado Nação (Lind, 1989).

⁸ Ciclo de *Boyd* modelo para tomada de decisão em operações de combate, muitas vezes ao nível estratégico das operações militares. Observar, Orientar, Decidir e Agir (OOAD) (Boyd, 2000).



ciberguerra, entre outras) da informação para objetivos militares indiretos (Lind, 2004, pp. 12 - 16).

Esta complexidade de mistura de gerações de guerras dificultam a determinação do tipo de guerra do futuro (Hammes, 2007).

De seguida, iremos caracterizar a guerra híbrida, importando referir que, ao longo das gerações, a guerra tem sido sempre a continuação da política por outros meios. Esta forte conotação no caso da guerra híbrida leva a que o nível político faça uso de instrumentos, fruto de uma visão acima das estratégias gerais.

2.2.1. Guerra Híbrida

Quando se fala em guerra percebe-se que seja entre Estados, mas, na atualidade os conflitos situam-se num quadro de ameaças difusas de elevada complexidade, motivadas por fatores (económicos, sociais, políticos, étnicos, religiosos, entre outros) que visam explorar as vulnerabilidades de um Estado, pretendendo adulterar os valores e liberdades democráticas. Esta situação está espelhada em conflitos atuais e designam-se por guerras híbridas “(...) onde potenciais adversários (Estados, grupos patrocinados por Estados, ou mesmo atores financiados) exploram o acesso a capacidades militares modernas (...)” (Fernandes, 2016, p. 16).

O tema guerra híbrida ganha nova relevância com a intervenção russa na Ucrânia, mas, no entanto, a mesma denominação já se tinha aplicada em 2006 à forma como o *Hezbollah* se envolveu em conflito com Israel, combinando “táticas e capacidades de guerra convencionais com operações de guerrilha e atividades criminosas (...)” (Fernandes, 2016, p. 21). Posteriormente, afirma-se que a atitude adotada pelo *Islamic State of Iraq and Syria (ISIS)* “(...) no conflito em curso na Síria e Iraque configura uma guerra híbrida.” Esta opção “(...) permitiu ao *ISIS* evoluir do estatuto de organização terrorista para uma entidade político-militar (...) controla território e exerce vários atributos geralmente do campo exclusivo de um Estado.” (Rodrigues, 2016, p. 1).

Segundo o Conselho da UE, a guerra híbrida é mais facilmente caracterizada, do que definida, como um uso centralizado e controlado de várias táticas encobertas e explícitas, promulgadas por meios militares e/ou não-militares, desde operações de informações e cibernéticas até pressões económicas sempre com o intuito de se necessário fazer uso de forças convencionais (SEAE, 2015).

Ao empregar táticas híbridas, o atacante procura destabilizar, aplicando métodos coercivos e subversivos (sabotagem, interrupção das comunicações e outros serviços,



incluindo o fornecimento de energia). O agressor pode financiar grupos insurgentes ou disfarçar a agressão a um Estado através de uma "intervenção humanitária". Também as campanhas de desinformação massivas destinadas a influenciar um público-alvo, são um elemento importante de uma guerra híbrida. Tudo isto é feito com o objetivo de obter influência política, destabilizar governos ou mesmo dominar um país, criando o caos e um vazio de poder (Dinâmica Global, 2016).

Um aspeto importante da guerra híbrida é gerar incerteza tanto na população afetada como na comunidade internacional. Esta incerteza dificulta uma reação adequada por parte do país atacado, por não saber quem o ataca, o que pode gerar falta de apoio internacional (SEAE, 2015).

Para entender a guerra híbrida é necessário visualizar uma mistura diversificada de tipos de guerras que se sobrepõem, através de uma combinação de capacidades convencionais e formações irregulares, terrorismo e criminalidade, conforme ilustrado na Figura 1.

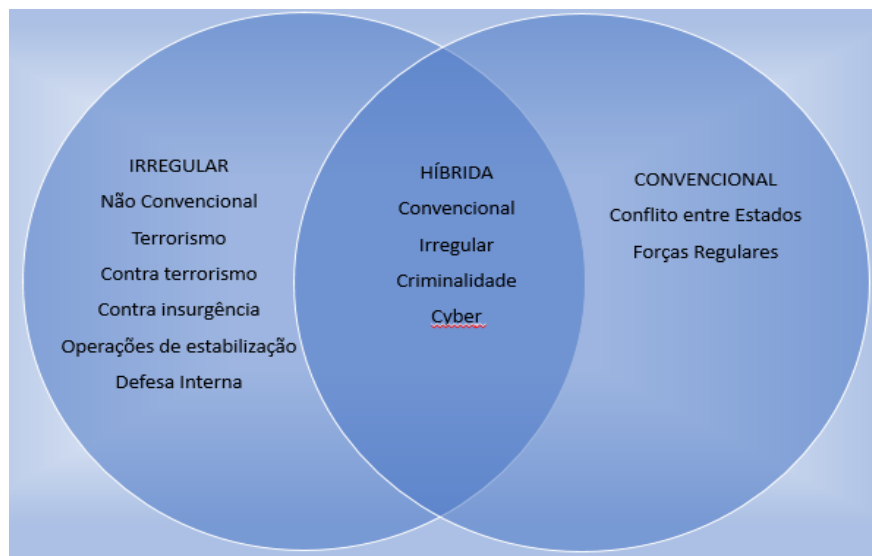


Diagrama de Venn (interceção)

Figura 1 - Modelo Conceptual da Guerra Híbrida

Fonte: adaptado de (U.S. GAO, 2010)

As guerras híbridas combinam a letalidade de um conflito Estatal com o fanatismo prolongado das guerras irregulares (Fernandes, 2016, p. 22).

2.3. Ameaça Híbrida

A perceção de ameaças por parte dos Estados e organizações internacionais alterou-se com o impulso da globalização e das mudanças no contexto internacional e, por isso, é necessário que se identifiquem as ameaças que se poderão materializar numa guerra híbrida,



de forma a criar mecanismos que permitam preveni-las e, se necessário, combatê-las de forma eficaz.

2.3.1. Organização das Nações Unidas

De acordo com o Relatório do Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança da ONU, intitulado: “Um mundo mais seguro: a nossa responsabilidade comum”, o conceito de ameaça é “(...) qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou uma redução maciça das expectativas de vida e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional.” (ONU, 2004). Enumeraram as ameaças em seis grupos que merecem prioridade global e com as quais a comunidade internacional deve estar preocupada: Guerra entre Estados; Violência intraestatal (guerras civis, atentados aos direitos humanos em larga escala e genocídios); Pobreza, degradação do meio-ambiente e proliferação de doenças infecciosas; Terrorismo; Crime Organizado transnacional; Armas NBQ (ONU, 2004).

2.3.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte

No conceito estratégico de 2010, a OTAN identifica os seguintes riscos e desafios à segurança: Proliferação de mísseis balísticos e de armas nucleares; Terrorismo e o uso de armas NBQ por grupos extremistas; Tráfico de armas, droga e de seres humanos; Ciberataques; Ameaças à segurança e ao abastecimento energético; Alterações climáticas, escassez de água, escassez energética (Saraiva, 2010).

Em 2010, o Departamento de Defesa dos EUA, considerava prematuro incluir na doutrina o conceito de guerra ou AH, pois era considerado relevante apenas para definir o aumento da complexidade dum conflito que obrigava a uma adaptabilidade das suas FA. No entanto, a OTAN nesse mesmo ano definiu no *Military Working Group (Strategic Planning & Concepts)* AH como aquela que é colocada por um adversário real ou potencial, incluindo Estados, não-Estados e terroristas, com a capacidade, demonstrada ou provável para, simultaneamente, empregar meios convencionais e não-convencionais de forma adaptativa, em busca dos seus objetivos (U.S. GAO, 2010).

2.3.3. União Europeia

A UE, em 2003, define como estratégia em matéria de segurança, no seu documento “Uma Europa segura num mundo melhor”, as ameaças como principais desafios globais e enumera as seguintes: Terrorismo; Proliferação de ADM; Conflitos Regionais; Fracasso dos Estados; Criminalidade Organizada (pp. 3,4).



Em 2008, a União publica no seu Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança: Garantir a Segurança num Mundo em Mudança, documento que não pretende substituir a estratégia, mas sim reforçá-la e identifica novas ameaças fortalecendo algumas enunciadas em 2003: Proliferação de ADM; Terrorismo e Criminalidade Organizada; Cibersegurança; Segurança energética; Alterações climáticas (UE, 2008, p. 3 a 5).

Já em 2016, na sua Estratégia Global de SD, a UE identifica desafios de forma a complementar os documentos anteriores: Segurança, Defesa e resolução conflitos; Luta contra o terrorismo; Cibersegurança; Segurança energética; Comunicação estratégica (UE, 2016b).

Na enumeração das ameaças por organização (Tabela 4), concluímos que a UE está em sintonia com as organizações, com as quais detém parcerias, englobando a totalidade das preocupações relativamente às ameaças identificadas, não considerando ameaça a irradiação da pobreza fazendo, no entanto, faz parte do seu programa global. A comunicação estratégica é identificada como um desafio.

Tabela 3 - Identificação das Ameaças por Organização

Ameaças \ Organizações	Organização das Nações Unidas	Organização do Tratado do Atlântico Norte	União Europeia		
			2003	2008	2016
Guerra entre Estados / Conflitos Regionais / Fracasso dos Estados / Violência intraestatal (guerras civis, atentados aos direitos humanos em larga escala e genocídios)	X		X		X
Pobreza, degradação do meio-ambiente e proliferação de doenças infecciosas	X				
Terrorismo	X	X	X	X	X
Crime organizado transnacional (Tráfico de armas, droga e de seres humanos)	X		X	X	
Proliferação de mísseis balísticos e de armas nucleares / Armas NBQ		X	X	X	
Ciberataques / Cibersegurança		X		X	X
Ameaças à segurança energética e ao abastecimento energético		X		X	X
Alterações climáticas, escassez de água, escassez energética		X		X	
Comunicação estratégica					X

Fonte: (Autores, 2017)



Embora existam vários conceitos de AH (Figura 2), todos têm uma base comum e tendem a permanecer flexíveis por forma a adaptarem-se à evolução das mesmas e destinam-se a “(...) abarcar a combinação de atividades coercivas com atividades subversivas, de métodos convencionais com métodos não-convencionais (diplomáticos, militares, económicos, tecnológicos) que podem ser utilizados de forma coordenada por intervenientes estatais ou não-estatais para atingir objetivos específicos, mantendo-se, no entanto, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada.” (Comissão Europeia, 2016, p. 2).



Figura 2 - Ameaças Híbridas

Fonte: (Comissão Europeia, 2014)

O combate a qualquer tipo de ameaças, incluindo as híbridas, é da responsabilidade de cada Estado. No entanto, existem ameaças que são comuns aos Estados, podendo estas serem refutadas de forma eficaz através de uma coordenação a nível dos EM, conforme previsto no Artigo 21º do TUE, “(...) assenta nos princípios (...) promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, (...) e solidariedade e respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. (...) União define e prossegue políticas comuns (...) elevado grau de cooperação (...) preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional (...)” (UE, 2016d).

2.4. Síntese conclusiva

Observámos que a globalização abriu novas oportunidades, trouxe desenvolvimento e progresso o que levou a um crescente bem-estar da população, mas simultaneamente desencadeou novas ameaças, mais difusas quanto à sua natureza, sendo estas na sua maioria transnacionais.



A caracterização dos conflitos é um fenómeno que acompanha a evolução das sociedades de forma dinâmica. Inicialmente, as guerras eram marcadas por interesses de um Estado, mas nas guerras “modernas” o principal ator pode não ser um Estado, como observado na caracterização de guerra híbrida. Estas, com novos atores e através de uma combinação de capacidades convencionais e formações irregulares (terrorismo e criminalidade potencialmente violenta) conseguem encarar grandes potências, prolongando a guerra por tempo indeterminado.

Uma das características principais da AH resulta da sua permanente mutação em relação ao ambiente operacional, combinando a versatilidade do emprego das capacidades disponíveis no decorrer da guerra.

Neste capítulo, foram identificadas e enumeradas as AH que a UE enfrenta e desta forma obteve-se a resposta à QD2. De seguida, iremos avaliar a eficácia da PCSD e de que forma contraria as AH.



3. A eficácia da Política Comum de Segurança e Defesa contra as Ameaças Híbridas

Neste capítulo, iremos identificar a forma como a PCSD da UE pode contrariar as AH, para o efeito efetuaremos um paralelismo com a problemática da incursão da Rússia no Leste da Ucrânia.

Nos últimos anos, o contexto securitário nas regiões limítrofes da UE, tem vindo a ser caracterizado pela presença de um conjunto diversificado de AH, as quais se têm constituído como um desafio à paz e estabilidade dos seus EM. Como descrito no capítulo anterior, estas ameaças têm evoluído ao longo dos tempos, apresentando-se como um fenómeno flexível, facilmente adaptável ao grau de vulnerabilidade das operações, tendo como propósito criar dificuldades ao processo de decisão.

Na medida em que os EM, individual ou coletivamente, necessitam de garantir a integridade e a coesão do espaço soberano, a solução mais eficaz para combater as ameaças de natureza híbrida, passa por encontrar uma resposta coordenada, enquadrada pelos instrumentos ao serviço da UE, de que são exemplo as estratégias globais (Agenda Europeia de Segurança, EGPE, Estratégia de Segurança Energética e Marítima, as políticas comuns (PESC, PCSD, Política Externa de Vizinhança ou os planos de ação no domínio da defesa.

Com base no conhecimento desenvolvido até este momento sobre a matéria, julga-se que o plano de estudo mais favorável para combater as AH, assenta na análise dos vértices de um triângulo com base num estudo de caso, conforme Figura 3.

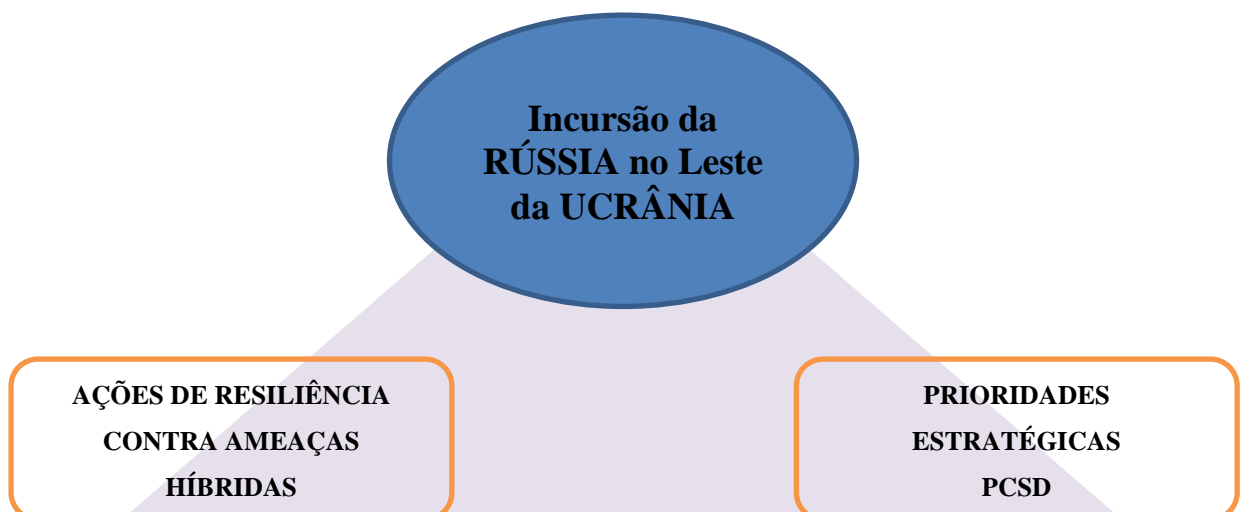


Figura 3 – Modelo de análise do estudo de caso

Fonte: (Autor, 2017)



3.1. Intervenção da Rússia na Ucrânia

3.1.1. Estratégia da segurança Nacional da Rússia

O Presidente da Federação Russa adota, de uma forma patriótica, uma liderança mundial bipartida com os EUA no que diz respeito ao progresso tecnológico e à influência nos assuntos globais. Para tal, assume que a Rússia está mais exposta às ameaças globais, pelo que justifica um maior investimento na área da segurança e defesa (OTAN, 2009).

A estratégia da segurança Nacional da Rússia define que as ameaças à segurança nacional podem de forma direta ou indireta criar instabilidade “(...) às liberdades, à qualidade de vida, à integridade da soberania e/ou territorial, ao desenvolvimento estável e à defesa e segurança da Federação” (OTAN, 2009). Assim, assume de forma explícita as seguintes Ameaças e Riscos Transacionais (Tabela 5)

Tabela 4 - Ameaças e Riscos Transacionais para a Federação Russa

Mundo Global
Investigações por serviços especiais de organizações, ou indivíduos, de países estrangeiros que causem danos diretos à segurança da Federação Russa.
Atividades de organizações terroristas com implicações diretas no sistema constitucional da Federação Russa (que afetem o funcionamento dos corpos de Estado, destruição de instalações, intimidação da população, incluindo meios NBQR).
Extremismo de atividades nacionalistas, religiosas ou étnicas, ou desenvolvidas por outras organizações no sentido de destruírem a integridade territorial, destabilizando a situação interna em termos políticos e sociais.
Crime organizado, tráfico ilegal, narcotráfico, tráfico de armas, munições ou explosivos
Atos criminosos direcionados ao poder do Estado, à segurança pública e económica, ao indivíduo e ligados à corrupção.
Perspetivas Institucionais
Hegemonia de utilização da força (implicitamente refere-se aos EUA e à OTAN).
Conflitos entre os principais atores do sistema político internacional.
Proliferação de ADM e o seu uso por terroristas.
Atividades ilícitas nos domínios da cibernética.
Extremismo violento (nacionalismo, xenofobia, radicalismo religioso).
Demografia associada (emigração ilegal, tráfico de droga e de seres humano, crime organizado)
Questões ambientais - epidemias e falta de água
Instabilidade (Iraque, Afeganistão, Médio e Próximo Oriente, Sul da Ásia, África e península Coreana)
Questões relacionadas com a falta de recursos energéticos (a longo prazo)

Fonte: (OTAN, 2009)



Esta estratégia da Federação Russa assenta numa atitude ofensiva e de reafirmação internacional. Como se pôde analisar, as ameaças transnacionais interligam questões internas, regionais e globais, voltando a uma postura de Império, bem patente na invasão da Ucrânia.

3.1.2. Guerra híbrida, incursão da Rússia na Ucrânia

O termo guerra híbrida foi recentemente utilizado aquando da incursão da Rússia no Leste da Ucrânia, determinando esta situação uma “(...) ampla gama de ações hostis, das quais a força militar é apenas uma pequena parte, e que invariavelmente são executadas numa estratégia flexível, com objetivos a longo prazo.” (Dinâmica Global, 2016, p. 2).

No final de fevereiro de 2014, os “*little green men*”, como foram intitulados os elementos das forças especiais russas, fortemente armados e equipados que, sem identificação, atuaram como forças de segurança local para controlar e se necessário conquistar pontos e áreas importantes, garantindo que *à posteriori* os combates ocorressem como lhes convinha. Esta ação não foi isolada, tendo o apoio de aliados regionais (grupos armados separatistas pró-Rússia) conjugada com operações psicológicas, diplomáticas, de espionagem, recolha de informação, de contrainformação e pressões económicas (Dinâmica Global, 2016).

As forças governamentais ucranianas efetuaram ações de forma a contrariar os movimentos subversivos ou de insurretos (pró-russos). No decorrer do conflito a Rússia utilizou forças regulares de forma discreta e encoberta, anexando formalmente a península da Crimeia. Com esta intervenção, a Rússia utilizando táticas que não são novas, demonstrou um modo diferente de fazer a guerra, não confrontando diretamente o adversário, mas utilizando táticas híbridas para atingir os objetivos, como a coação política, económica, a propaganda e a desinformação, e ciberataques. Em paralelo, houve a predisposição para combater em ambientes de alta intensidade (Fernandes, 2016, p. 27).

Em fevereiro de 2013, o General *Valery Gerasimov* (Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Rússia) publicou, no jornal *Voyenno-Promyshlennyy Kurier*, um artigo intitulado “O Valor da Ciência está na Previsão: Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate” onde descreve a importância dos fatores não militares como meio de influenciar ou alcançar objetivos políticos e estratégicos. Afirmou ainda, que o uso da força militar, muitas vezes sob o pretexto de ações de manutenção de paz ou estabilidade, “(...) é utilizado apenas para a materialização do desejado estado final do conflito” (Mota, 2017, p. 1).



3.2. Prioridades Estratégicas da Política Comum de Segurança e Defesa

Com a assinatura do Tratado de Lisboa, a UE reforçou os mecanismos de atuação externa, proporcionando maior consistência e maior coerência na resposta aos desafios de SD, através da PCSD. Três prioridades estratégicas foram definidas:

3.2.1. Responder prontamente aos conflitos e crises externas

Conforme previsto no Tratado de Lisboa (artigo 43.º) e descrito no primeiro capítulo, a UE tem ao seu dispor um conjunto alargado de missões militares e civis que, através da PCSD, podem responder rápida e decisivamente numa situação de crise fora da União.

Apesar de estarem consagradas institucionalmente em tratado, a decisão de avançar estará sempre dependente de uma deliberação política unânime por parte dos EM (Council of the European Union, 2016).

No caso de estudo apresentado, deparamo-nos com a atuação híbrida da Rússia ao patrocinar os ditos “*little green men*” com o propósito de facilitar e criar as condições propícias à anexação da Crimeia. Nesta situação, apesar da ocorrência ter sucedido fora da fronteira da União, uma missão/operação PCSD de auxílio à gestão da crise Ucraniana, teria proporcionado condições de diálogo às partes diretamente envolvidas no conflito, do qual poderiam ter resultado soluções de compromisso que respondessem às causas da instabilidade, minimizando efeitos colaterais na população.

3.2.2. Desenvolver as capacidades dos parceiros

Esta linha de ação estratégica passa por fortalecer, de forma mais sistemática e resiliente os Estados que se deparem com uma situação de instabilidade ou ameaça política híbrida. A UE ao participar com missões civis/militares de reforma do setor de SD, com carácter de acompanhamento, orientação, aconselhamento/formação, contribui para que os Estados caminhem na direção de estabelecer um nexo entre segurança e desenvolvimento.

A experiência da UE em missões PCSD poderá ser utilizada em benefício e assistência dos Estados que assim o desejem, disponibilizando conhecimentos em comunicação estratégica, em cibersegurança e controlo de fronteiras, elementos intrínsecos à AH.

Revisitando o caso de estudo apresentado e na eventualidade de se estabelecer um paralelismo entre a camuflada afrontação Russa ao território da Ucrânia, poderemos deduzir que as instâncias governativas ucranianas não estavam preparadas para reagir às táticas híbridas coercivas ao nível político, económico e de propaganda a que estiveram submetidas.



3.2.3. Proteger a União e os seus cidadãos

Conforme enunciado no primeiro capítulo, a PCSD abrange um conjunto alargado de missões que têm como objetivo oferecer segurança aos cidadãos da UE. Apesar das missões PCSD terem um carácter expedicionário onde a UE pretende enfrentar as causas profundas dos problemas na sua origem, minimizando possíveis impactos que possam advir para a segurança europeia, não se poderá deixar de estabelecer umnexo entre segurança interna e externa, em estreita ligação com os domínios da liberdade, segurança e justiça.

Ao abrigo das cláusulas de assistência mútua⁹ e de solidariedade¹⁰ previstas, respetivamente, no TUE e no Tratado de Funcionamento da UE, a União deve reforçar a segurança das suas redes e infraestruturas críticas, apoiar a proteção civil em resposta a catástrofes, garantir a livre circulação de pessoas e bens, lutar contra a migração ilegal e combater o tráfico de armas e a criminalidade organizada.

3.3. Ações de resiliência contra ameaças híbridas

Neste sentido, foi essencial definir três linhas de orientação estratégica. A primeira passará pelo desenvolvimento de um centro de excelência contra as AH, constituído por especialistas em diferentes áreas do conhecimento. Este centro constituir-se-ia como um ponto fulcral de recolha de informação e posterior análise das AH desenvolvidas por atores estatais ou não-estatais. Após a receção e análise do contexto da AH, as conclusões seriam disponibilizadas aos diferentes setores da UE e aos EM, para facilitar a tomada de decisão quanto à estratégia de segurança a implementar.

A segunda linha de ação, passaria pelos EM delinearem uma sólida política de comunicação estratégica que mantivesse a opinião pública informada e resiliente quanto aos efeitos perversos de uma campanha híbrida utilizada pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS) como forma de radicalizar indivíduos/sociedades. A otimização desta estratégia passará, igualmente, pelo recurso a linguistas fluentes em línguas de países terceiros e a peritos em comunicação social que monitorizem a desinformação produzida pelos OCS fora da UE.

⁹ Artigo 42º do TUE – Refere que se um EM “(...) vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros EM devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51º da Carta das Nações Unidas” (UE, 2012, p. 38).

¹⁰ Artigo 222º do TFUE – Refere que “A União mobiliza todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos EM, para prevenir a ameaça terrorista no território dos EM, proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista (...)” (EUR-Lex, 2016, p. 148).



A terceira linha de ação passaria pelo reforçar da cooperação e coordenação entre a UE e as grandes organizações que partilhem os mesmos valores e enfrentem desafios idênticos (OTAN, ONU, Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa).

3.4. Síntese conclusiva

Observámos que a UE enfrenta um conjunto diversificado de AH, que constituem um desafio ao garante da paz e estabilidade dos seus EM de forma individual ou coletiva.

Definimos, de forma sucinta, a estratégia de segurança da Federação Russa, que assenta no patriotismo nacionalista e na liderança mundial bipartida com os EUA. Identificámos o que consideramos ser ameaças e riscos, concluindo que interligam questões internas, regionais e globais.

Efetuíamos uma análise das prioridades estratégicas da PCSD e das ações de resiliência contra as AH de forma a encontrar uma resposta coordenada por parte da UE. Para o efeito, efetuámos um paralelismo com as táticas russas aquando da sua incursão na Ucrânia.

A UE reforçou os mecanismos de atuação externa, tendo por base uma resposta pronta aos conflitos e crises. Desenvolveu as capacidades dos parceiros participando com missões civis/militares de reforma do setor de SD, com carácter de acompanhamento, orientação, aconselhamento/formação. Proteger a União e os seus cidadãos reforçando a segurança das suas redes e infraestruturas críticas, apoiando a proteção civil em resposta a catástrofes, garantindo a livre circulação de pessoas e bens, lutando contra a migração ilegal e combate o tráfico de armas e criminalidade organizada.

Neste capítulo foi analisada a forma como a PCSD pode contrariar as AH e desta forma obteve-se a resposta à QC da investigação.



Conclusões

Nesta investigação propusemo-nos analisar a forma como a PCSD pode contribuir para a contenção das AH a que a UE está sujeita, no atual contexto estratégico. Este desiderato foi explicitado inicialmente através dos OG e OE. Verificámos que a evolução das diferentes estratégias europeias de segurança tinha como finalidade proporcionar aos EM os instrumentos institucionais adequados, de modo a poderem enfrentar com eficácia os novos desafios e ameaças. Concluímos que a Europa ainda tem um longo caminho a percorrer na luta contra as AH, necessitando de reforçar a implementação da sua estratégia a nível do conhecimento da situação.

A investigação baseou-se num raciocínio dedutivo, recorrendo a uma estratégia de investigação iminentemente qualitativa, seguindo um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, tendo sido adotado um percurso organizado em três fases: exploratória, analítica e conclusiva. A recolha de informação recaiu, na análise documental e bibliográfica, tendo os dados sido objeto de uma análise de conteúdo com a finalidade de responder à QC levantada no início da investigação.

No primeiro capítulo, procedeu-se à contextualização da investigação, foi feita uma breve síntese do estado da arte, definiu-se os conceitos fundamentais e apresentou-se a metodologia seguida. A recente EGPEs estabelece um conjunto de cinco prioridades a saber: Segurança e Defesa da UE (luta contra o terrorismo, cibersegurança, segurança energética, segurança e defesa e comunicação estratégica), ordens regionais de cooperação, resiliência estatal e da sociedade, governação mundial para o século XXI e abordagem integrada em matéria de conflitos. O desenvolvimento da política de defesa refletida nas mesmas estratégias tem como objetivo dotar a UE com uma visão global e integradora, na perspetiva de garantir a segurança e estabilidade necessária aos cidadãos europeus.

Posteriormente, no segundo capítulo, procedeu-se a uma identificação e caracterização das AH a que a UE está sujeita. A globalização conduziu ao desenvolvimento e progresso, mas simultaneamente desencadeou novas ameaças, mais difusas quanto à sua natureza, sendo estas na sua maioria transnacionais. Uma das características principais da AH resulta da sua permanente mutação, assumindo uma geometria variável em relação ao ambiente operacional.

Seguiu-se o terceiro capítulo, através do estudo de caso Rússia/Ucrânia, onde se estabeleceu uma relação entre AH e a tipologia de missões associadas no âmbito da PCSD. A Rússia, na sua intervenção no Leste da Ucrânia utilizou táticas híbridas para atingir os



seus objetivos, tais como forças não identificadas “*little green men*”, associando-os a grupos separatistas e empreendendo ações subversivas como a coação política, operações psicológicas, diplomacia disruptiva, ações de espionagem, recolha de informação, contrainformação, ciberataques e pressões económicas. A UE reforçou os mecanismos de atuação externa, tendo por base uma resposta pronta aos conflitos e crises. Desenvolveu as capacidades dos parceiros participando com missões civis/militares, com carácter de acompanhamento, orientação, aconselhamento ou formação.

A resultante do presente estudo, conforme descrito nos seus três capítulos, permitiu a consecução dos OE da investigação, ou seja, a adequada caracterização da PCSD e das principais AH, contribuindo deste modo para a definição das linhas estratégicas no que diz respeito à SD da UE, na contenção dessas ameaças. Estes contributos permitiram assim responder à QC e, conseqüentemente, atingir o OG a que se propôs a presente investigação.

A grande mais-valia deste trabalho centrou-se, na aprendizagem adquirida pelo estudo comparativo dos grandes vetores estratégicos definidos pelos três Conceitos Estratégicos de Segurança, publicados pela UE, em etapas diferenciadas: 2003, 2008 e 2016. Apesar dos documentos de 2003 e 2008 se terem focalizado muito na vertente segurança, a estratégia publicada em 2016, pretendeu estabelecer um conjunto de corolários globais vertidos numa visão mais abrangente e coerente de segurança e defesa externa dos EM da UE.

Tendo como repto inicial de partida “Determinar a forma como a PCSD contribui para a contenção das ameaças híbridas”, caracterizaram-se as AH e a panóplia de operações/missões passíveis de serem empregues através da PCSD, enquanto fator de desenvolvimento e de promoção da segurança aos cidadãos da UE. Recorrendo a um estudo de caso, da invasão da Rússia no Leste da Ucrânia, verificámos se a PCSD da UE contribui para a contenção das AH, consolidando desta forma os conceitos adquiridos.

Os desideratos referidos anteriormente só poderão ser atingidos se os EM se empenharem em conjunto, pelo que se estabelecem como recomendações e considerações:

- As AH só poderão ser combatidas se se exponenciar o conhecimento da situação através da criação de mecanismos específicos de intercâmbio de informações entre os EM, para tal, sugerimos a edificação de um Centro de Excelência, dedicado a estudar e analisar esta temática que contribuirá para aumentar a resiliência dos Estados em áreas sensíveis como a cibersegurança, a salvaguarda das infraestruturas críticas contra atos de sabotagem, onde se enquadra o sistema financeiro e as redes de distribuição de energia;



- A identificação e otimização de formas de resposta expedita e coordenadas entre os EM, em matéria de comunicação estratégica, recorrendo ao uso de especialistas da área da comunicação social e versados nas línguas dos atores híbridos;
- Promoção e reforço da cooperação e coordenação, não só entre os EM, mas extensível aos países vizinhos e organizações de reconhecida referência como a OTAN, ONU e a OSCE.

Concluimos, que as prioridades estratégicas da PCSD não respondem de uma forma totalmente eficaz às AH, sendo necessário que os EM implementem medidas adicionais para o reforço da resiliência dos Estados europeus. Finalmente, considerando que o estudo foi delimitado à PCSD da UE, sugerimos, para futura investigação, a avaliação que a OTAN e a OSCE podem trazer na luta contra as AH.



Bibliografia

- Bowers, C. O., 201. *Military Review*. [Em linha] Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2930/a206646c477bcf46be8dfa4b644f21f55d44.pdf> [Acedido em 30 janeiro 2017].
- Boyd, J., 2000. *The executive fast track (OOAD loop - Jonh Boyd)*. [Em linha] Disponível em: http://www.12manage.com/methods_boyd_ooda_loop_pt.html [Acedido em 10 março 2017].
- CE, 2017. *Assuntos Internos e Migrações*. [Em linha] Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/2_factsheet_emergency_trust_fund_africa_pt.pdf [Acedido em 04 março 2017].
- Comissão Europeia, 2016. *Comunicação conjunta ao parlamento europeu e ao conselho: Quadro comum em matéria de luta contra ameaças híbridas, uma resposta da União Europeia*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia, 2014. *Brief Issue: Countering hybrid threats: EU response*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Conselho da União Europeia, 2016. *Conclusões do Conselho sobre a execução da estratégia global da UE no domínio da segurança e da defesa*. Bruxelas: Secretariado-Geral do Conselho.
- Correia, A. d. M., 2016. *Centro de estudos eurodefence-Portugal*. [Em linha] Disponível em: eurodefense.pt/wp-content/uploads/2016/03/eurodefense [Acedido em 5 novembro 2016].
- Council of the European Union, 2016. *Implementation Plan on Security and Defense*. Bruxelas: Conselho da União Europeia.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de estratégia*. Lisboa: IAEM.
- CUE, 2016. *Conclusões do Conselho sobre a execução da estratégia global da UE no domínio da segurança e da defesa*. Bruxelas: Secretariado-Geral do Conselho.
- Dinâmica Global, 2016. *dinamicaglobal.wordpress.com: Entendendo a guerra híbrida*. [Em linha] Disponível em: <https://dinamicaglobal.wordpress.com/2016/08/31/entendendo-a-guerra-hibrida-uma-analise-explicativa-traz-a-definicao-de-guerra-nao-guerra-paz-e-tipos-de-guerra/> [Acedido em 30 janeiro 2017].



- Escobar, P., 2016. *Blog do Alok: Guerras Híbridas, Síria & Ucrânia*. [Em linha] Disponível em: <http://blogdoalok.blogspot.pt/2016/03/guerras-hibridas-2-testar-teoria-siria.html> [Acedido em 7 fevereiro 2017].
- EUR-Lex, 1997. *European Union Law*. [Em linha] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1484525099861&uri=CELEX:11997D/TXT> [Acedido em 13 janeiro 2017].
- EUR-Lex, 2014. *European Union Law, Estratégia de Segurança Energética*. [Em linha] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52014DC0330> [Acedido em 05 fevereiro 2017].
- EUR-Lex, 2016. *Tratado sobre o funcionamento da União Europeia*. [Em linha] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12012E/TXT> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Exército Português, 2012. *OPERAÇÕES (PDE 3-00)*. Lisboa: Exército Português.
- Fernandes, H. M. M., 2016. *As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida*. Pedrouços: IUM.
- Garcia, F. P., 2006. *Negócios Estrangeiros*. [Em linha] Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf> [Acedido em 5 fevereiro 2017].
- Hammes, T., 2007. *Military Review (The Evolution of War: The fourth generation evolves, Fifth Emerges)*. [Em linha] Disponível em: <https://www.questia.com/read/1P3-1288673391/fourth-generation-warfare-evolves-fifth-emerges> [Acedido em 2 fevereiro 2017].
- IESM, 2015a. *Normas de Execução Permanente (ACA 010)*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM, 2015b. *Norma de Execução Permanente (ACA 018)*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM, 2015b. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- Leis, H. R. & Suarez, M., 2005. *Revista Interthesis (Guerra e Paz no séc. XXI)*. [Em linha] Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/722/10784> [Acedido em 8 fevereiro 2017].



- Lind, W., 1989. *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*. Washington D.C.: Marine Corps Gazette.
- Lind, W., 2004. *Understanding Fourth Generation War*. Washington D.C.: Military Review.
- Mota, A., 2017. *EuroDefense Portugal*. [Em linha] Disponível em: <http://www.eurodefense.pt/guerra-hibrida-russa-dos-pequenos-homens-verdes-impacto-na-nato/> [Acedido em 17 fevereiro 2017].
- ONU, 2004. *Departamento de Informação Pública das Nações Unidas. DPI/2372*. [Em linha] Disponível em: https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/panelreport_summary.html [Acedido em 2 fevereiro 2017].
- OTAN, 2009. *Geopolitics North Organization (Russia's National Security Strategy to 2020 by President of the Russian Federation)*. [Em linha] Disponível em: http://www.geopoliticsnorth.org/index.php?option=com_content&view=152:russian_nationalsecuritystrategyto2020 [Acedido em 10 fevereiro 2017].
- OTAN, 2016. *OTAN (Joint declaration by the President of the European Council, the President of the European Commission, and the Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization)*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133163.htm?selectedLocale=en [Acedido em 26 jan 2017].
- Parlamento Europeu, 2015. *Parlamento Europeu (Serviço de Política Externa)*. [Em linha] Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/534989/EXPO_STU\(2015\)534989_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/534989/EXPO_STU(2015)534989_EN.pdf) [Acedido em 05 fevereiro 2017].
- PE, P. E., 2016. *Parlamento Europeu, Comunicação estratégica da UE para enfrentar a propaganda dirigida contra ela por terceiros*. [Em linha] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2016-0290+0+DOC+XML+V0//PT> [Acedido em 28 janeiro 2017].
- PE, P. E. S. P. E., 2015. *Parlamento Europeu*. [Em linha] Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/534989/EXPO_STU\(2015\)534989_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/534989/EXPO_STU(2015)534989_EN.pdf) [Acedido em 05 fevereiro 2017].



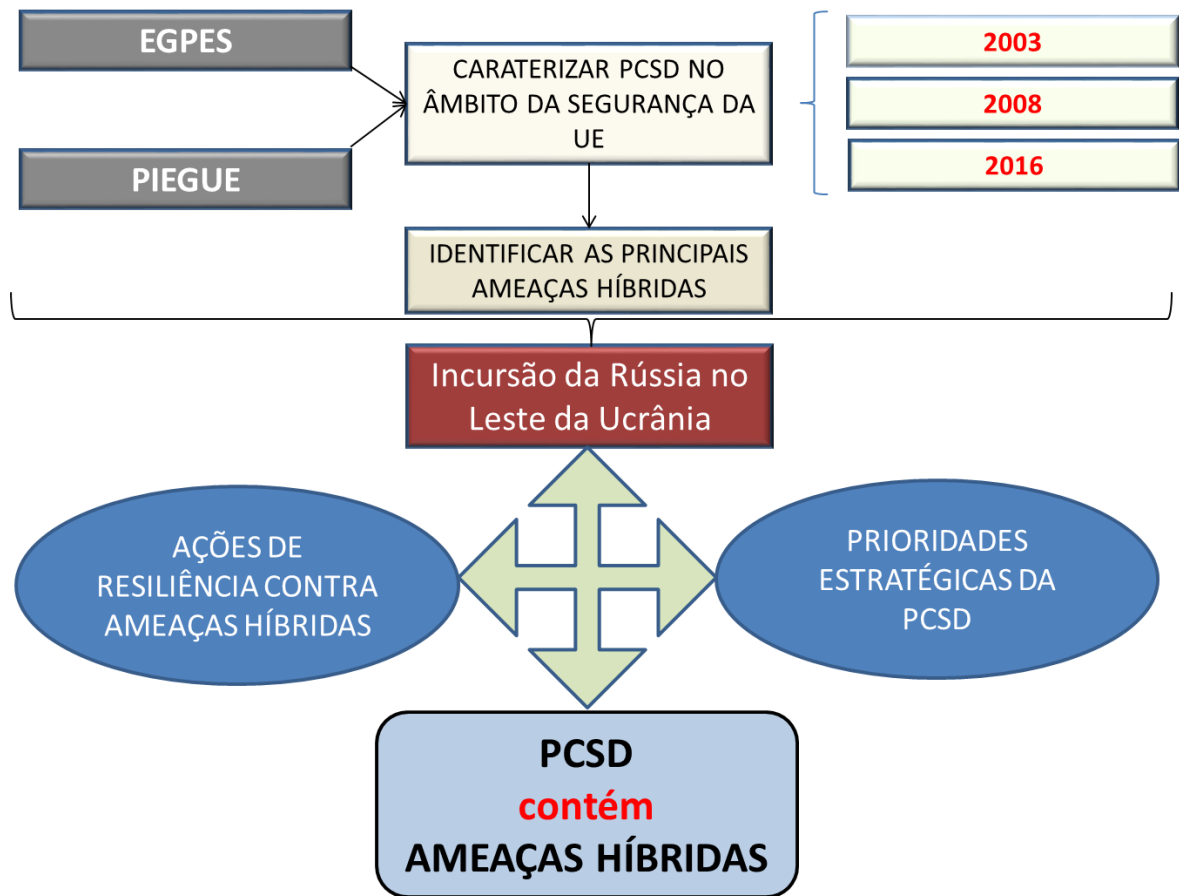
- Redação / CF, 2016. *TVI 24*. [Em linha] Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/nato/conceito-de-ameaca-vai-muito-para-alem-do-que-dantes-associavamos-ao-estritamente-militar> [Acedido em 4 fev 2017].
- Reis, B. C., 2016. *Terrorismo transnacional e a ameaça ao flanco sul da NATO: o caso do Daesh*. Lisboa: IDN.
- Ribeiro, C. J. d. O., 2017. *Política Comum de Segurança e Defesa (Adjunto da União Europeia na Missão Militar Portuguesa OTAN/UE para a área das Operações, Exercícios e Cooperação)* [Entrevista] (10 fevereiro 2017).
- Rocha, A. L., 2011. A PCSD como Componente Operacional da Acção Externa da UE: Enquadramento Institucional e Procedimentos. *Nação e Defesa, N° 129, 5ª Série*, pp. 41-67.
- Rodrigues, A. R., 2016. As guerras híbridas e a parceria NATO /UE. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 5 2, p. 1 a 5.
- Santos, L. A. B. d. et al., 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Pedrouços: Fronteira do Caos Editores.
- Saraiva, M. F., 2010. *IDN brief (O novo conceito estratégico da NATO)*. [Em linha] Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_01.pdf [Acedido em 2 fevereiro 2017].
- SEAE, 2015. *Food-for-thought "Countering Hybrid Threats"*. Brussels: Council of the European Union.
- Silva, C. T. et al., 2012. *Defesa.gov.br*. [Em linha] Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_evolucao_teorica.pdf [Acedido em 5 fevereiro 2017].
- U.S. GAO, 2010. *GAO (Government Accountability Office)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gao.gov/assets/100/97053.pdf> [Acedido em 4 fevereiro 2017].
- UE, 2003. *União Europeia (Estratégia Europeia em matéria de Segurança)*. [Em linha] Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf> [Acedido em 26 jan 2017].
- UE, 2007. *EUR-Lex*. [Em linha] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF [Acedido em 02 fevereiro 2017].



- UE, 2008. *União Europeia (Relatório sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança)*. [Em linha] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf [Acedido em 26 janeiro 2017].
- UE, 2012. *EUR-Lex - Tratado da UE*. [Em linha] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/DOC_1&format=PDF [Acedido em 16 janeiro 2017].
- UE, 2016a. *UE Global Strategy Implementation Plan on Security and Defence*. [Em linha] Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/15148/eu-global-strategy-implementation-plan-on-security-and-defence_en [Acedido em 16 NOV 2016].
- UE, 2016b. *Estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia*. Bruxelas: União Europeia.
- UE, 2016c. *União europeia*. [Em linha] Disponível em: <https://europa.eu/globalstrategy/en/global-strategy-foreign-and-security-policy-european-union> [Acedido em 5 fevereiro 2017].
- UE, 2016d. *Tratado da União Europeia (versão consolidada)*. [Em linha] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF [Acedido em 26 janeiro 2017].
- UE, 2016e. *European Union Global Strategy*. [Em linha] Disponível em: <https://europa.eu/globalstrategy/en/shared-vision-common-action-stronger-europe> [Acedido em 10 OCT 2016].
- Vinhas, R., 2013. *A Importância da Revisão da Estratégia Europeia de Segurança: Desafios Pós-2008*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Xavier, A., 2010. *Dissertação de Doutoramento - A União Europeia e a Segurança Humana: um actor de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica?*. Coimbra: Universidade de Coimbra.



Apêndice A — Estrutura Geral da Investigação





Apêndice B — Estratégia da União Europeia 2003 a 2016.

2003 ESTRATÉGIA EUROPEIA DE SEGURANÇA	2008 REVISÃO DA ESTRATÉGIA EUROPEIA DE SEGURANÇA	2016 ESTRATÉGIA GLOBAL DE SEGURANÇA E DEFESA DA UE
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	SEGURANÇA ALARGADA	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS
<ul style="list-style-type: none">➤ Avaliar a ameaça.➤ Reforçar a segurança na vizinhança (Balcãs, Cáucaso do Sul e Médio Oriente).➤ Ordem internacional baseada num multilateralismo eficaz (lei internacional, organizações internacionais, ordem internacional).	<ul style="list-style-type: none">➤ Alargamento à Turquia e Europa de Leste.➤ Política Europeia de Vizinhança: Ucrânia, Geórgia, Mediterrâneo e Médio Oriente.➤ Segurança e apoio ao desenvolvimento.➤ Combate à pirataria.➤ Combate/Redução/Eliminação armas pequeno calibre, munições e minas.	<ul style="list-style-type: none">➤ Segurança da União.➤ Resiliência estatal e da sociedade a leste e a sul da UE.➤ Abordagem integrada em matéria de conflitos.➤ Ordens regionais de cooperação.➤ Governação mundial para o século XXI.
AMBIENTE DE SEGURANÇA: DESAFIOS E AMEÇAS	NOVOS DESAFIOS E AMEÇAS	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none">➤ Terrorismo.➤ Proliferação de Armas de Destruição Maciça.➤ Conflitos Regionais.➤ Estado Falhados.➤ Crime Organizado.	Associando às de 2003 <ul style="list-style-type: none">➤ Cibersegurança➤ Segurança Energética➤ Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none">➤ Segurança e Defesa.➤ Luta contra o terrorismo.➤ Cibersegurança.➤ Segurança energética.➤ Comunicação estratégica.
IMPLICAÇÕES POLÍTICAS PARA A EUROPA	EUROPA NUM MUNDO EM ALTERAÇÃO	DA VISÃO À AÇÃO
<ul style="list-style-type: none">➤ Maior proatividade no alcançar dos objetivos estratégicos.➤ Maior capacidade militar e intervenção diplomática mais eficaz.➤ Maior coerência e melhor racionalização dos instrumentos e capacidades.➤ Aprofundar as relações: fortalecimento da relação transatlântica, estabelecer relações com a Rússia, desenvolver parcerias estratégicas Japão, Canada e Índia.	<ul style="list-style-type: none">➤ Uma Europa mais capaz e eficaz: coerente, melhor coordenação institucional, decisões mais estratégicas.➤ Aprofundar as relações com países vizinhos: Mediterrâneo, leste e melhorar com a Rússia.➤ Parcerias multilaterais mais efetivas: UE/ONU, UE/NATO, UE/UA, China, Rússia, Índia, Japão.	<ul style="list-style-type: none">➤ Reforçar os compromissos com a vizinhança europeia.➤ Repensar a aproximação da UE ao Médio Oriente e Norte de África.➤ Redefinir a relação com África.➤ Reavivar a parceria Atlântica.➤ Aproximar da Ásia.



SÍNTESE DA ESTRATÉGIA EUROPEIA DE SEGURANÇA	SÍNTESE DA REVISÃO DA ESTRATÉGIA EUROPEIA DE SEGURANÇA	SÍNTESE DA EGPE
<p>Mundo de perigos, mas de novas oportunidades. A UE tem o potencial para lidar com as ameaças e promover a concretização de oportunidades. Uma UE capaz e ativa pode ter um impacto ao nível global. A fazer-lo contribui para um mundo mais justo, seguro e unido.</p>	<p>Garantir uma opinião favorável do público é fundamental para a continuidade do envolvimento mundial. Devemos continuar a projetar policia, juristas e militares e explicar como a ação destes contribui para a segurança interna. O mundo continua em rápida mudança com o equilíbrio de forças a mudar. Uma UE mais segura implica influenciar mais ativamente os acontecimentos.</p>	<p>Visão de um Mundo globalizado onde a UE deve marcar uma presença mais coerente e consistente no equilíbrio securitário Mundial.</p>

Fonte: adaptado pelos autores de (PE, 2015)